



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS	
As três séries . . .	Ano 360\$
A 1. <sup>a</sup> série . . . . .	140\$
A 2. <sup>a</sup> série . . . . .	120\$
A 3. <sup>a</sup> série . . . . .	120\$
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio	
Semestre . . . . .	200\$
" . . . . .	80\$
" . . . . .	70\$
" . . . . .	70\$

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

## ADMINISTRAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário do Governo» desde que não tragam apostila competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

### SUMÁRIO

#### Ministério das Finanças:

##### Declaração:

De ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 14.<sup>º</sup> do orçamento do Ministério.

#### Ministério do Ultramar:

##### Portaria n.º 21 162:

Manda integrar na Junta Provincial de Povoamento de Moçambique a Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Revuè, criada pela Portaria n.º 17 064 e alterada pela Portaria n.º 17 728, que são revogadas.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

#### Direcção-Geral da Contabilidade Pública

##### 2.<sup>a</sup> Repartição

De harmonia com as disposições do artigo 7.<sup>º</sup> do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.<sup>a</sup> o Subsecretário de Estado do Orçamento, por seu despacho de 3 de Março em curso, autorizou, nos termos do § 2.<sup>º</sup> do artigo 17.<sup>º</sup> do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência de verba no orçamento vigente deste Ministério:

#### CAPÍTULO 14.<sup>º</sup>

##### Inspecção-Geral de Crédito e Seguros

###### Artigo 187.<sup>º</sup> «Encargos administrativos»:

Do n.º 3) «Pagamento de serviços e encargos não especificados» . . . . . 3 500\$00

###### Para o n.º 2) «Publicidade e propaganda»:

3. «Outras despesas» . . . . . + 3 500\$00

2.<sup>a</sup> Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 4 de Março de 1965. — O Chefe da Repartição, Raul da Silva Baptista.

### MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

#### Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações

##### Portaria n.º 21 162

O Decreto n.º 44 364, de 25 de Maio de 1962, determina que as missões e brigadas existentes no ultramar deverão, em regra, ser integradas nos serviços afins das províncias ultramarinas e define as condições a que deve obedecer essa integração;

Nestes termos:

Tendo em vista o disposto no referido decreto; Ouvida a província ultramarina de Moçambique; Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte:

1.<sup>º</sup> A Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Revuè, criada pela Portaria n.º 17 064, de 12 de Março de 1959, e alterada pela Portaria n.º 17 728, de 13 de Maio de 1960, é integrada na Junta Provincial de Povoamento de Moçambique, nos termos dos §§ 1.<sup>º</sup> e 2.<sup>º</sup> do artigo 1.<sup>º</sup> do Decreto n.º 44 364.

2.<sup>º</sup> São atribuições da Brigada obter os elementos de estudo necessários para a ocupação e desenvolvimento económico da bacia do Revuè, administrar ou fiscalizar as obras a executar e ocupar-se do povoamento efectivo da zona.

Competir-lhe-á, nomeadamente:

a) Proceder aos trabalhos topográficos necessários para elaboração dos estudos, execução das obras e ocupação efectiva, por famílias europeias ou ruralatos aborigenes, das zonas para tal escolhidas;

b) Fazer o estudo agrológico pormenorizado das mesmas zonas, elaborar as respectivas cartas de solos e correspondentes memórias e definir as possibilidades de utilização das diversas unidades de solos;

c) Inventariar a riqueza florestal das regiões abrangidas pelos blocos a ocupar e das zonas altas, ordenar e fomentar o seu aproveitamento e estudar a arborização das zonas aptas;

d) Estudar e fomentar o povoamento piscícola das albufeiras existentes ou a criar;

e) Estudar em postos e fazendas experimentais os problemas agrícolas e pecuários relacionados com a ocupação e promover o fornecimento de elementos seleccionados (sementes, plantas e gados);

f) Fazer o estudo do cadastro das regiões ocupadas ou concedidas e das regiões a ocupar;

g) Efectuar quaisquer outros trabalhos que lhe sejam atribuídos pelo Ministro do Ultramar ou pelo Governo-Geral de Moçambique;

h) Executar ou fiscalizar as obras de fomento e povoamento, de acordo com os projectos superiormente aprovados;

i) Assumir as funções previstas nos §§ 4.º, 5.º e 6.º do artigo 89.º e no artigo 90.º do Decreto n.º 41 482, até que, oportunamente, e uma vez entrados os diversos colonatos em exploração normal, sejam pela brigada propostas e superiormente criadas as juntas de povoamento agrário correspondentes.

§ 1.º A Brigada elaborará relatórios trimestrais e anuais da sua actividade, que serão enviados à Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações, por intermédio e com o parecer do Governo-Geral da província.

§ 2.º Para efeitos de aprovação, os estudos, planos e projectos elaborados pela Brigada serão sempre enviados, por intermédio do Governo-Geral da província e com o seu parecer, à Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações, que ouvirá os outros serviços do Ministério interessados e os apresentará a despacho ministerial, ou, se for caso disso, enviá-los-á a parecer do Conselho Superior do Fomento Ultramarino.

§ 3.º Os elementos da Brigada, quando em serviço em Lisboa, actuarão na dependência e sob a autoridade da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações.

§ 4.º Os projectos específicos a encomendar a empresas especializadas privadas, em seguimento a estudos e planos aprovados, sé-lo-ão através da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações.

3.º A Brigada deverá comunicar regularmente à Repartição de Hidráulica da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes da província todos os dados de natureza hidrológica que forem colhidos e, bem assim, comunicará aos serviços da província, em tempo oportuno, os estudos, planos e projectos que a cada um possa interessar.

§ único. Quando for criada a junta de povoamento agrário em substituição desta brigada, o grupo de engenharia hidráulica será integrado na Repartição de Hidráulica da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes da província.

4.º A Brigada será constituída pelos grupos e serviços cuja constituição, em número de elementos e categorias, constam do quadro anexo à presente portaria.

5.º As condições de admissão e prestação de serviço do pessoal da brigada serão as definidas no Decreto n.º 44 364, com as alterações introduzidas pelos Decretos n.os 44 730 e 45 083.

6.º É conferida delegação ao governador-geral da província para cumprimento, dentro das possibilidades financeiras da província, do que está disposto nos artigos 7.º, 8.º e 9.º do Decreto n.º 44 364, com as alterações introduzidas pelos Decretos n.os 44 730 e 45 083.

7.º Os encargos de qualquer natureza decorrentes do funcionamento da Brigada serão suportados pela dotação inscrita na rubrica «Aproveitamento de recursos — Fomento agrário, florestal e pecuário» do Plano de Fomento da província de Moçambique.

8.º Ficam revogadas as Portarias n.os 17 064, de 12 de Março de 1959, e 17 728, de 28 de Março de 1960.

Ministério do Ultramar, 12 de Março de 1965. — O Ministro do Ultramar, António Augusto Peixoto Correia.

Para ser publicada no Boletim Oficial de Moçambique. — Peixoto Correia.

#### Quadro a que se refere o n.º 4.º da Portaria n.º 21 162

Designação	Unidades	Categoria
<b>I) Serviços gerais:</b>		
Engenheiro civil chefe da brigada . . . . .	1	E
Engenheiro electrotécnico . . . . .	1	F
Chefe dos serviços administrativos . . . . .	1	J
Encarregados administrativos . . . . .	2	N
Encarregado de oficinas . . . . .	1	L
Mecânico com prática de motores Diesel . . . . .	1	L
Mecânico de 1.ª classe . . . . .	1	N
Encarregados de expediente . . . . .	2	N
Desenhador-restituidor . . . . .	1	L
Desenhistores principais . . . . .	2	M
Desenhistores de 1.ª classe . . . . .	2	N
<b>II) Grupo de engenharia hidráulica:</b>		
Engenheiro civil adjunto . . . . .	1	F
Engenheiros civis . . . . .	2	H
Agente técnico de engenharia civil e de minas principal . . . . .	1	K
Hidrometrista principal . . . . .	1	L
<b>III) Grupo de agronomia:</b>		
Engenheiro agrónomo adjunto . . . . .	1	F
Engenheiros agrónomos . . . . .	9	H
Médico veterinário . . . . .	1	H
Regentes agrícolas principais . . . . .	3	K
Regentes agrícolas de 1.ª classe . . . . .	3	L
Analista . . . . .	1	K
Contabilista . . . . .	1	K
Práticos agrícolas especializados . . . . .	6	P
Práticos agrícolas de 1.ª classe . . . . .	6	R
Preparador de laboratório . . . . .	1	R
Assistentes sociais . . . . .	3	Q
<b>IV) Grupo de silvicultura e piscicultura:</b>		
Engenheiro silvicultor adjunto . . . . .	1	F
Engenheiros silvicultores . . . . .	3	F
Regentes agrícolas principais . . . . .	2	K
Práticos agrícolas . . . . .	4	P
<b>V) Grupo de topografia e geodesia:</b>		
Engenheiro geógrafo adjunto . . . . .	1	F
Topógrafos principais . . . . .	3	K
Topógrafos de 1.ª classe . . . . .	3	L

Ministério do Ultramar, 12 de Março de 1965. — O Ministro do Ultramar, António Augusto Peixoto Correia.